

Entrevista

José Paulo Serralheiro e *A página da educação*: diálogos de informação e formação docente em Portugal

Inês Barbosa de Oliveira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação

José Paulo Serralheiro é um homem fascinante! Evidenciando uma tranqüilidade própria dos sábios e uma sabedoria de quem viveu intensamente, Zé Paulo me concedeu, no dia 5 de março deste ano [2002], uma entrevista na qual, além de falar sobre o nosso “tema”, a criação e gestão do jornal “A página da educação” do qual é, desde a sua criação há dez anos, o diretor e editor, ele me contou um pouco sobre a sua história, rica e repleta de eventos significativos.

Desnecessário dizer que os fragmentos de sua vida que aparecem nesta entrevista estão longe de representar a “história de vida” do entrevistado. Homem respeitado em seu país, pela sua trajetória de lutas, pelas suas capacidades políticas e qualidades humanas, José Paulo Serralheiro, sem ser um acadêmico, influencia e é influenciado pelo que na academia se

produz e discute, com a autoridade que lhe é reconhecida por todos e com a preocupação de agir de modo sempre mais competente e correto na busca de seus objetivos de ampliação da democracia na sociedade portuguesa, através da democratização da informação e dos direitos de autoria.

O que temos aqui é um depoimento no qual os assuntos abordados tinham por objetivo deixar mais clara a trajetória do entrevistado, da infância até a criação e gestão do jornal “A página da educação”. Neste fragmento de história, o leitor poderá conhecer alguns dos processos vividos, as escolhas e crenças sempre comprometidas politicamente e postas em prática com um profundo sentimento de compartilhamento e de responsabilidade social que caracterizam o entrevistado.

Com a palavra, José Paulo Serralheiro.

José Paulo, fale-nos um pouco sobre sua infância e sua trajetória de lá até aqui. Como nasceu esse professor? – Quando olho para o meu passado e para o meu presente, eu penso que tive muita sorte. Primeiro, foi ter tido até os 22 ou 24 anos de idade a possibilidade de não viver sempre num mesmo sítio.¹ Até essa idade eu nunca estive na mesma localidade por mais de três anos, tendo a ver com o tipo de trabalho que meu pai fazia, trabalho de pesquisa de solos, e, portanto, quando terminava o trabalho ia para outro sítio. Eu o acompanhei até uma certa idade, e depois já por mim próprio, a partir dos 17, 18 anos, me deslocava, nunca estando muito tempo no mesmo lugar. Isso deu-me várias experiências que penso terem sido importantes para a maneira como eu me coloco perante as coisas. Primeiro porque tive a oportunidade de contactar com pessoas muito diferentes. Em Portugal, com pessoas do interior e do litoral, do Norte e do Sul. Não fiz raízes mas, em contrapartida, tive a possibilidade de conhecer pessoas muito interessantes, sobretudo pessoas mais velhas com quem aprendi muito. Naquela altura,² nós éramos educados para chamar os mais velhos, os que tinham sabedoria, de tios e tias, mesmo não sendo as relações de família. Um tio ou uma tia podia ser um analfabeto ou uma analfabeta. Era alguém com conhecimentos. Uma pessoa respeitada por aquilo que nos ensinava. Fui educado dessa maneira e tive a sorte de ter tido, ao longo da minha infância e adolescência, muitos desses tios e tias com quem aprendi alguma coisa.

Nós, um pouco antes de estarmos a gravar, falávamos do que aprendemos com pessoas que não foram à escola. Eu fui muito marcado por pessoas que não foram à escola. Sobretudo porque, até aos 15, 16 anos, andei por lugares onde não havia muitos erudi-

tos e, portanto, as nossas relações eram muito próximas de quem, não sendo escolarizado, era, no entanto, sábio.

A segunda questão que penso ter sido importante na minha formação e decisão de ser professor tem a ver com o fato de ter passado pela África. Eu vivi, entre os 8 e os 18 anos, em Angola. E em Angola vivi no Norte, no Sul, no Centro e, assim, também aí a andar de um lado para o outro. Também lá contactei com um outro tipo de situações. Aconteceu que eu estava no Norte de Angola quando teve início a guerra colonial. Tinha eu 12 ou 13 anos quando fui confrontado com a guerra. A guerra colonial em Angola começou justamente nas zonas próximas de onde eu estava. Foi uma das zonas de maior violência e, portanto, eu tive nessa idade a experiência dessa violência de que tenho, ainda hoje, muita dificuldade em falar, e normalmente não falo e nem vou falar. A guerra colonial em Angola foi uma experiência do que é a barbárie deste tipo de situações, do desprezo pela vida, pelas pessoas, da forma violenta como determinadas situações foram/são tratadas. Ainda hoje me magoam as imagens televisivas de situações semelhantes que continuam desgraçadamente a ocorrer no mundo. Há olhares dos que sofrem, dos condenados à morte, que têm a ver com cenas de violência que a mim me fazem recuar imediatamente, porque as vivi.

Você já tinha, na ocasião, essa noção? Esse incômodo já era real naquela ocasião? – Sim. Nessa altura, a violência da guerra marcou-me imenso. Ver ao vivo a tortura, o assassinio, a violência sobre os indefesos deixa marcas para sempre. Marca por dentro uma criança. O meu pai reagiu muito violentamente contra a forma como foram violentados os negros em África, quando começou a guerra colonial. Muitos homens e mulheres que ele conhecia e que eram pessoas perfeitamente inocentes foram violentadas e assassinadas. Portanto, tudo isso marcou a minha personalidade e consciência. Conheci, então e depois, outras pessoas que eram contra a guerra colonial e eu, digamos, quase desde o fim da minha infância, princípio da adolescência, ganhei consciência política do que é não estar com a situação política

¹ Os portugueses utilizam sítio e não lugar, como nós, nesse sentido mais amplo de localidade. Em outras situações, por respeito à linguagem do entrevistado, mantivemos, também, os termos de que ele se utilizou, esclarecendo, sempre que necessário, ao leitor, o sentido.

² No Brasil, diríamos nessa época.

dominante e, deste modo, fazer a distinção clara entre quem eram os opressores e quem eram os oprimidos. Naquele caso concreto em Angola, tomei o partido dos que eram vítimas do colonialismo, e sofria todo tipo de humilhações e barbaridades. A guerra colonial marcou-me muito.

Nessa mesma altura, conheci um amigo do meu pai que me deu muitos livros a ler. Para mim, eram livros difíceis de ler. Eram demasiado politizados para a minha idade. Mas eu persistia na leitura e tentava entender alguma coisa do que estava escrito. Quando eu dava o livro por lido e o ia devolver a esse amigo mais velho, ele queria sempre saber qual era a minha opinião, e discutíamos sobre o que eu tinha percebido ou não. Ele tinha essa função.

Dessa experiência de leitura, ficou-me a memória de um livro especial. Tentei lê-lo desesperadamente do princípio ao fim, mas não entendia mesmo nada. Quando o fui devolver, expliquei que só tinha entendido uma frase. A frase era: “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades”. E o meu mestre disse-me então que, já que tinha entendido isso, que começasse a viver a vida em função dessa frase. E eu assim fiz.

Este deve ter sido o melhor livro, o livro mais importante que eu li na minha vida, a frase continua a ter todo sentido, na escola é ótima. Quando eu me relaciono com um aluno, estou preocupado em saber o que é que ele pode dar, mas, sobretudo, do que é que ele precisa. A igualdade para mim passou a ter outro sentido, o sentido da diferença, e tudo isso. E isso foi aprendido naquela altura, tinha eu uns 13 ou 14 anos, e num contexto fortemente emocional, o da guerra colonial. Continuo a entender que cada um deve receber de acordo com as suas necessidades e dar de acordo com as suas capacidades.

E a sua experiência como aluno? – Tive a sorte de ter tido um péssimo professor na escola. O professor Lourenço, sobre o qual já escrevi algumas coisas. Era mais um bandido do que um professor. A memória dele faz-me pensar o que um professor não deve ser. Era um homem violento com as crianças. Espancava-nos, ridicularizava-nos. Todos os erros estavam

codificados. Cada erro era uma palmada com palmatória, cada quatro faltas de acentuação correspondiam a um erro e, deste modo, mais uma palmatória. Quando nos chamava ao quadro-preto, apanhava-se de vara. No final do dia de trabalho, todos os castigados tinham de se pôr em círculo e agarrávamos firmemente nas orelhas uns dos outros. Depois ele empurrava um, e quem quebrasse o círculo apanhava bastante. De fato foi um mau professor, que me deu uma péssima idéia da escola. Por essa razão, eu, depois da primária, não queria ir para o colégio. Por isso, o meu pai pôs-me a trabalhar durante as férias, para eu experimentar o trabalho. Estive numa oficina, e também aí, os mais velhos corrigiam-nos um pouco à bofetada e ao pontapé, que, naquela altura, era um pouco normal, fazia parte dos usos e costumes, dos deveres. Tive essa experiência de trabalho, e a partir daí, nas férias, eu sempre trabalhei. Isso deu-me um contacto com várias situações de trabalho que penso que foram importantes.

Tenho uma visão negativa do que se chama trabalho infantil, quando se pega nas criancinhas e se as leva para a fábrica ou para as obras. Mas não tenho a visão de que o trabalho é ruim. Considero o trabalho um meio ótimo de aprendizagem de muita coisa, incluindo o relacionamento com os adultos e, portanto, de crescimento, amadurecimento mais rápido. Tem potencialidades formativas que não devíamos desprezar. É uma questão de conta, peso e medida. Não devíamos tornar estanque o tempo do trabalho e o tempo da aprendizagem. O trabalho pode ser uma boa fonte de aprendizagem, de socialização e de amadurecimento. A sociedade atual prolonga em demasia a infância, a dependência do jovem em relação ao adulto.

Para além dessa questão do trabalho, o que você nos diria sobre esse período do Liceu,³ em Angola? – Ainda em Angola, no ano em que estava a terminar o Liceu, juntei-me com outros amigos e criamos um

³ O Liceu é a escola que abrange a segunda metade do nosso ensino fundamental (5ª à 8ª séries) e o ensino médio.

movimento. É preciso não esquecer que em Portugal se vivia em plena ditadura fascista, acrescentando-se em Angola a guerra colonial. Nós entendíamos que havia falta de atividades culturais e sociais. Éramos jovens e não tínhamos a noção do perigo político que representava essa atividade. Criamos o movimento. Queríamos que fosse cultural, capaz de promover debates sobre temas que nos interessavam, mas também queríamos que fosse de intervenção social, de ajuda no campo da educação e da saúde. Queríamos trabalhar nos bairros periféricos da cidade. Queríamos promover a autonomia das pessoas. O grupo inicial era composto por cinco jovens, sendo eu o mais novo. Mas o movimento muito rapidamente passou a ter mais de mil jovens. Havia uma grande apetência por aquelas atividades. Fui eleito secretário-geral do movimento, e isso, naquela idade, deu-me uma confiança muito grande na minha capacidade de intervenção. Como não podia deixar de ser, a polícia política interveio. Ganhei mais uma experiência, ficando a saber o que era a repressão política fascista.

E os desdobramentos desse interesse? – A polícia política interessou-se muito por nós. Algumas das pessoas que colaboravam conosco foram presas e depois expulsas de Angola. Eu, antes do final da década de 1960, tive de sair de Angola. Vim para Lisboa. Passei a estudar cá. Em Portugal, passei a ter contacto com grupos e movimentos de carácter político que se iam organizando clandestinamente. Foi um tempo vivido intensamente. Antes do 25 de Abril,⁴ suponho que experimentei, mais ou menos, tudo o que era esquerda na altura. Conheci o Partido Comunista, os maoístas de várias orientações, os trotskistas. Depois, e até à Revolução Libertadora do 25 de Abril, colaborei nas Brigadas Revolucionárias. Praticava a luta armada contra objetivos militares e o aparelho de Estado fascista. Cada um dos que estiveram nas Brigadas terão estado à sua maneira. Eu estava convencido de que era uma espécie de resistência, tinha um pou-

co a concepção da resistência francesa e a influência do Maio de 1968. Já nessa altura eu entendia que a União Soviética e a China, bem como os países sob sua influência, não praticavam nem o socialismo e menos ainda o comunismo. Para mim, eles praticavam o capitalismo de Estado, um dos ramos do capitalismo que continha em si mesmo muitas variantes, tal como acontecia com o ramo do capitalismo privado. Em 1975, com outros, escrevemos um livro que tem o título: *capitalismo privado, capitalismo de estado: não é escolha*. Agora que o Muro de Berlim caiu, continuo a pensar que o que morreu não foi nem o socialismo, nem o comunismo, mas o que faliu foi o capitalismo de Estado.

Logo a seguir à Revolução do 25 de Abril, deixei as Brigadas. A partir dali havia liberdade pública, competia ao povo livremente escolher o seu destino. A luta armada deixava de ter qualquer lugar.

As organizações políticas deixaram de me interessar. Não suporto a disciplina e a obediência devida às organizações. Não sou capaz de não ter intervenção política, mas gosto de a ter de acordo com a minha cabeça. Entendo o trabalho político como um cavar à volta da árvore. Trabalho de paciência. Concreto. Escavar politicamente até que a árvore caia por si mesma. Ajudar sutilmente as pessoas a descobrirem o que querem ou não querem fazer. Dar informação. Questionar. Pensar e fazer pensar. É isso que me interessa. De algum modo, é pegar em algumas experiências de finais dos anos 1960, quando alfabetizávamos seguindo já os ensinamentos do Paulo Freire – que chegaram cá por essa altura e que nós tivemos de ler clandestinamente porque ele era proibido. Julgo que esta amálgama de coisas me fez sentir vontade de ser professor.

Como foi, então, que se deu esse processo? Como você se tornou professor? – Comecei por frequentar o curso de psicologia. Era o único curso — embora particular — das ciências da educação que se podia frequentar no tempo do fascismo em Portugal. Nenhum outro curso da área social era permitido. Eu queria estudar sociologia, mas não havia curso, e por isso escolhi a psicologia. A meio do curso de psicoló-

⁴ O 25 de Abril é o dia do triunfo da Revolução dos Cravos, que derrubou a ditadura fascista portuguesa em 1974.

gia — de que estava a gostar — descobri a história. Apaixonei-me pela história e decidi abandonar a psicologia e ir para história. Entretanto, fui obrigado a ir fazer o serviço militar, isto ainda antes da Revolução do 25 de Abril. Foram quatro anos maus, dois deles na guerra colonial na Guiné-Bissau. Apanhei lá o tempo em que o exército colonial português assassinou Amílcar Cabral. Houve uma resposta muito forte do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Foi um dos períodos mais agudos da guerra na Guiné-Bissau. O exército colonial perdeu o controle de uma parte substancial do território, perda que não voltou a recuperar. Nessa altura eu já colaborava com as Brigadas, que tinham relações com o exército de libertação. O exército colonial não ganhou nada com a minha ida forçada para a Guiné-Bissau. Pelo contrário.

Depois, terminei a licenciatura em história. Antes de ser professor, quis ser jornalista. Já tinha tido experiências, inclusive em Angola (embora experiências efêmeras, de juventude, de escrever em jornais, em revistas), e sempre tive a idéia de que uma das coisas que eu gostaria era trabalhar no jornalismo. E procurei isso, ainda quando estudante universitário. Depois procurei a profissionalização na área do jornalismo, mas a ocasião não era favorável. A seguir ao 25 de Abril, os meios de comunicação social estavam partidarizados. Só os militantes partidários tinham acesso ao trabalho. Eu era independente. Não deu.

Esse interesse viria de alguma relação com a militância? Na época, nas atuações no Centro Cultural em Angola ou na luta armada, vocês tinham produção de panfletos, por exemplo? Você tinha uma experiência que também vinha daí, ou não associa estas duas coisas? – Não. Na atividade política sempre se escreve, mas não julgo resultar daí necessariamente a busca de uma atividade mais conseqüente no jornalismo. Mais importante é pensar que o jornalismo pode ser um modo de exercer a cidadania e, também, o interesse pela leitura e pela procura de informação. Alguns dizem que o jornalismo é um exercício meramente técnico, isento etc. Eu penso que todo jornalismo é um jornalismo de causas. Claro que as cau-

sas devem ser servidas e tratadas com rigor, objetividade, isenção, mas o jornalismo é um compromisso social e político, é um ato de cidadania. O meu interesse pelo jornalismo decorria da minha atividade social, cultural e política, era um modo de continuar a mexer nas coisas sociais.

A escolha pela profissão de professor apareceu-me quase por acaso. Ao terminar o curso, quando andava à procura do jornalismo, tive, por acaso, uma proposta para dar aulas, sobre ciências sociais e política, num curso de promoção profissional de enfermeiros adultos. Descobri, nessa experiência, que o professor mexe no que eu queria mexer. Mexe no social. Mexe na vida. Trata a cultura. Vive das pessoas e com as pessoas. Com essa experiência, fiquei entusiasmado. Descobri que o ensino e a formação são, de certo modo, o centro da vida social.

Acabando o curso, tornou-se professor? – Fui trabalhar primeiro no curso de serviço social, portanto, no ensino superior. Coincidiu com o início do processo democrático em Portugal, após a Revolução de 25 de Abril de 1974. Foi preciso rapidamente redefinir tudo nas escolas e nos cursos. Naquela altura, discutia-se permanentemente. As discussões duravam, às vezes, dias e noites, e as pessoas nem dormiam, para terem a oportunidade de participar. Foi um tempo feliz em Portugal!

Naquele curso, conseguimos obter, na época, alguma coisa que, ainda hoje, se mantém no curso aqui no Instituto do Porto. Ainda hoje os alunos começam o ano com um estágio, e só depois é que partem para a teoria. A primeira coisa que os alunos têm não é aula, mas prática. E depois é que vão teorizar a prática. Claro que nem tudo correu como se idealizou. Eu me lembro que havia aquela velha frase do Mao Tsé-tung: “é da prática que vêm as idéias justas”; e, portanto, havia um pouco esse peso, e essas misturas todas talvez tivessem explicado um bocadinho porque é que nós valorizamos tanto a prática. Ainda hoje penso que foi uma boa aposta e é uma coisa boa que o curso tem.

Você ficou muito tempo nesse curso na universidade? – Fiquei sete anos letivos. Ao mesmo tempo,

fiz experiências com outros setores de ensino. Comecei a questionar o ambiente no ensino superior. O regime era – ainda é – muito feudal. No superior existem os senhores e os seus vassallos. Existe uma estrutura feudal que pede fidelidades e vassalagens que me desagradam. E há, como se sabe, a organização em feudos. As relações acabam por ser muitas vezes extremamente conservadoras, mesmo medievais. Individualismo, arrogância, presunção, competição estéril, pedantismo a esmo, alguma hipocrisia, são características que por ali abundam. Não gosto. Como também não gosto de me pôr a gritar quando não estou bem. Prefiro passar ao lado, continuar a minha vida e procurar outro caminho, sem perder muito tempo em conflitos e práticas estéreis. Portanto, procurei o ensino secundário, onde as relações interpessoais são mais livres e igualitárias.

Quando fui para o secundário, encontrei uma realidade diferente. Voltei a ter sorte, porque encontrei uma escola onde o meu grupo-disciplina era composto, sobretudo, por mulheres profissionalmente muito ativas.

Como era o trabalho na escola? – Foi uma experiência enriquecedora. Estávamos no período de expansão do ensino em Portugal. A escola democratizava-se. Massificava-se. Abria-se finalmente a todas as crianças e jovens. Em contrapartida, faltava tudo. As instalações disponíveis eram poucas para a procura. Equipamentos, quase nenhum. Meios económicos escassos. Faltavam professores e era preciso recrutar pessoas sem as habilitações requeridas. Faltava formação profissional. Não havia estabilidade, mudava-se de escola todos os anos. Apanhávamos lugar de acordo com os concursos, e por isso percorria-se o país. Mas todas essas dificuldades exercitavam a imaginação, empurravam-nos para um trabalho mais solidário. Os professores precisavam do apoio uns dos outros. Elegiam democraticamente os seus delegados de grupo-disciplina, o conselho pedagógico e, em assembleia geral, trienalmente, elegiam, por voto secreto, o conselho diretivo da escola. Julgo que os professores e as professoras dos anos de 1970 e de 1980 fizeram milagres. Trabalharam imenso. Lançaram as

bases do que é hoje a escola pública e democrática em Portugal. Trabalharam em condições materiais precárias e pagaram muitas vezes do seu bolso os materiais pedagógicos que não existiam. A sociedade hoje critica, diz mal, não agradece termos feito em menos de 20 anos o que outros países europeus levaram mais de meio século a fazer.

É nesse contexto que surge o Sindicato? – Sim. Antes da Revolução de 1974 havia grupos de professores, pouco numerosos, que se reuniam clandestinamente para discutir os problemas do ensino. Começaram a editar cadernos e a revista *O Professor*. Chamavam-se “grupos de estudo”. Logo nos dias seguintes ao 25 de Abril, esta gente deu início, nas diferentes regiões do país, à criação dos sindicatos regionais de professores. No Norte, poucos anos depois, o Sindicato passou a ter uma direção de direita que claramente privilegiava o entendimento com o governo de direita. Isto levou a discussões tremendas no interior do Sindicato. Alguns de nós, eu incluído, o abandonamos em 1981. Não havia acesso a cadernos eleitorais, debate democrático etc. Em 1982, um grupo de professores, de todos os setores de ensino, convocou uma reunião plenária com o objetivo de decidir se criava-se ou não um novo sindicato. Decidiu-se pelo sim, foi convocada uma assembleia constituinte, e em menos de um ano este transformou-se no maior sindicato do Norte do país.

Eu fiz parte desse grupo inicial que há 20 anos criou o Sindicato dos Professores do Norte. É um sindicato aberto a todos. Os sócios não se filiam por razões ideológicas, mas profissionais. Há gente de todas as tendências políticas e religiosas. Já a direção que tem ganho as eleições, é o que julgo poder chamar-se da esquerda plural. É um misto de gente com e sem partido, defensores das causas mais diversas. Faço aqui uma comparação entre o religioso (o cren-te) e o não-religioso. Não sendo eu religioso, não deixo de procurar o que se designa por espiritualidade. Julgo que os que têm uma igreja, uma religião, servem-se dela como apoio para a busca da espiritualidade. Quem não tem nem igreja nem religião tem de fazer esse esforço de descoberta e de construção por

si mesmo. O mesmo se passa no sindicalismo. Os sindicalistas militantes de partidos têm os partidos e a sua ideologia para os ajudar a chegar às práticas sindicais. Além disso, têm o grupo partidário que os apóia. Os independentes como eu têm de fazer esse percurso à sua custa. É mais difícil, mas eu prefiro chegar lá por mim do que apoiado no bordão partidário.

Falemos um pouco mais do Sindicato. Como ele foi fundado? Ele já tinha o perfil e a estrutura que tem hoje? – O Sindicato já foi fundado como ele é hoje. A estrutura é a de um sindicato que abrangia a região do Norte⁵ e que respondia por todos os setores do ensino. Tem essa característica de ser um sindicato que organiza desde a educação pré-escolar até ao ensino superior. Defendemos a carreira única. Já temos a carreira única para a educação pré-escolar e o ensino básico e secundário. O ensino superior mantém um estatuto próprio. Pessoalmente, defendo a carreira única, do pré-escolar ao universitário, com diferentes desenvolvimentos e uma ou outra especificidade setorial. Para mim, a investigação, a formação na ação, a autonomia em todos os seus aspectos etc. são características que devem estar presentes da educação pré-escolar ao ensino universitário.

Mais do que formação contínua, eu sou um defensor da investigação-ação como forma de produção de conhecimento e de auto-aprendizagem. Eu continuo a valorizar o trabalho. A idéia de que o trabalho é uma fonte de aprendizagem continua a ser fundamental. Como diz o António Nóvoa, os “professores têm de ter o trabalho de pensar o trabalho”.

Um licenciado é aquele que tem uma licença para aprender por sua iniciativa. Hoje, parece que um licenciado já não é aquele que tem uma licença para aprender por si e com seus companheiros de ofício, mas é aquele que pode ir à academia fazer o mestrado, e o mestre é aquele que pode ir à academia fazer o doutorado. Isso parece-me um contra-senso. O que aprendi de mais significativo, aprendi-o por minha iniciativa. Não resultou do receituário académico. Por detrás da

idéia do jornal *A página da educação* está também esta minha convicção de que o professorado precisa é de meios seus. Meios de troca entre docentes de todos os graus de ensino e de troca com não-docentes.

Eu hoje penso que é cada vez maior o número dos que pensam que o conhecimento se produz, de fato, mais em rede. Partir da divisão social do trabalho para a divisão do conhecimento é coisa em desuso. Não partilho da idéia de que o conhecimento se desenvolve à maneira de funil. Essa coisa de pensar que a licenciatura é um conhecimento menos fundo e largo, depois o mestrado, mais estreito e mais fundo e finalmente o doutoramento como a fenda no fundo da cova, parece-me uma coisa antiquada.

A sociedade e o desenvolvimento científico já não funcionam como nos séculos XIX e XX. A universidade também precisa se repensar. De resto, todo o sistema educativo já não é reformável. Tem de ser reinventado, tendo como pressupostos o tempo e a realidade do mundo de hoje.

Como surge o jornal dentro do Sindicato? – O jornal *A página da educação* surgiu por se sentir a necessidade de contribuir para uma formação dos professores de espectro amplo. Entendeu-se que a formação dos professores não se ficava pelas coisas da pedagogia, mas passava por muitas outras, entre elas a cultura, o social, a política, a ciência. No entanto, parece-me que, sendo a comunicação social um poder determinante na nossa sociedade, ela não pode ficar apenas nas mãos dos nossos adversários. Os trabalhadores devem também armar-se. Devem munir-se de instrumentos de poder. Os trabalhadores têm de apostar decisivamente em ter órgãos de comunicação fortes e influentes, capazes de competir no espaço da comunicação com outros. *A página da educação* é um embrião, um começo. Eu defendo que os sindicatos devem ter rádios e, para além das apostas na Internet, agora com o desenvolvimento do cabo e da TV digital, devemos começar a pensar em ter canais televisivos temáticos para o público que nos interessa. Se não apostarmos na comunicação social com profissionalismo e decisão, estaremos condenados a ser manipulados pelos donos do capital.

⁵ O Norte de Portugal é a região que fica acima do Rio Douro.

O jornal está ligado a uma editora, a Profedições, e esta é uma empresa independente, da qual o Sindicato é o acionista majoritário. Mas a minha proposta foi a de ter uma empresa independente que prossiga o seu trabalho com independência democrática, sem interferências conjunturais. Na direção do jornal, eu sou absolutamente independente da direção sindical. Se a direção sindical não gostar do meu trabalho, que me demita, mas não permito intromissões na orientação editorial. Julgo que este modo de relacionamento é também novo no campo sindical, onde a democracia real nem sempre é respeitada.

Como é que se mantém a independência editorial, estando não só dentro do Sindicato, mas, sobretudo, mediante as coerções financeiras? Como é que se financia o jornal e o projeto, e que tipo de pressão vem junto? – Como disse, a editora é uma empresa que está no domínio público, como qualquer outra empresa. Tem um conselho de administração e um gerente. O sindicato possui a maioria do capital. A editora produz livros e o jornal. Anualmente o jornal faz com o Sindicato um contrato de venda de jornais aos associados sindicais. O preço é cerca de metade do valor da venda por assinatura a outros leitores, isto porque se trata de um pacote de assinaturas. Esta base de venda ao Sindicato é fundamental para a estabilidade econômica da editora. O jornal, depois, está no mercado como qualquer outro jornal. Paga os seus impostos. Tem algumas receitas, poucas, de publicidade. Não comprometemos a nossa independência editorial por causa das receitas publicitárias. Editamos livros apenas quando os lucros obtidos pela venda do jornal e dos livros o permitem. Vive-se com dificuldade, mas vive-se.

Vocês nunca tentaram fazer alguma coisa com ONGs que trabalham as questões da imprensa, as rádios alternativas, essa imprensa não-oficial, digamos? Vocês já têm algum vínculo ou plano no sentido de um diálogo com outras iniciativas do mesmo tipo? – Em Portugal, as rádios são todas comerciais. Preocupam-se mais com o negócio da publicidade do que com a informação. Acontece o mesmo com a maior parte da imprensa regional. Por vezes não se sabe se

são meios de distribuição de publicidade ou se têm alguma coisa a ver com jornais. Existe uma enorme quantidade de revistas comerciais. Costumo pensar que, no geral, mais do que comunicação social o que temos é negócio publicitário.

Existe, depois, alguma comunicação social com interesse. Com algumas revistas temos feito troca ao nível da divulgação. Nós lhes damos espaço para se darem a conhecer aos nossos leitores, e elas fazem o mesmo conosco.

Sobre as ONGs, atualmente, em cada número nós divulgamos duas dessas organizações de forma detalhada. Para além disso, as nossas páginas estão sempre abertas para divulgar atividades importantes das ONGs.

Por enquanto, o jornal não pode ir muito mais longe, porque os meios disponíveis, quer materiais, quer humanos, são escassos.

A infra-estrutura do jornal não permite que se cresça nesse sentido, é isso? – Repara, atualmente estão comprometidas a escrever no jornal mais de 70 pessoas. Estão organizadas no que denomino coletivos de escrita. Escrevem de forma rotativa. Só para coordenar estes contributos, é preciso muito tempo e disponibilidade. Depois há o trabalho de redação. Procura-se equilibrar os cinco pilares que sustentam o jornal: a educação, as questões sociais, as culturas, a política e a produção científica. Com meios escassos, é difícil dar resposta a estes objetivos. Temos de andar devagar, tanto mais que, num jornal mensal, as mudanças não se pautam pelos dias ou semanas, mas por meses. O ritmo da mudança é mais lento. O espaço para dar resposta a coisas novas também é curto. E o nosso próprio tempo é curtíssimo. Não vivemos do jornal.

Eu ia mesmo perguntar isso, você dá aulas ainda hoje? – Este ano não estou com atividades letivas. Mas julgo que um professor não pode se afastar muito da atividade letiva. Se o fizer, perde o pé. Por isso, nunca me afasto mais de três anos consecutivos. Nestes últimos dez anos, para além do secundário, dei algumas aulas em um curso de arquitetura. Trabalhei ali a disciplina de “história da arquitetura e do urbanismo”. Fez-me muito bem. Os alunos eram ótimos,

estavam naquilo que gostavam. Para além disso, mantenho o meu trabalho de apoio à direção do meu sindicato, mais na área da informação.

Eu queria, agora, que você falasse um pouco da sua opinião com relação ao que A página da educação tem significado efetivamente para o professorado. Qual é o retorno? Que avaliação você pode fazer, não só com relação ao passado, mas de como é que você percebe essa ação d'A página dentro do que ela tinha como objetivo, ou seja, a formação cidadã do professor e a informação do professor? Como é que o jornal vem fazendo isso? Talvez até tecnicamente, o que A página traz, como ela se organiza e se estrutura para dar conta desses objetivos? E que repercussão ela tem para o professorado? Há uma diferenciação da leitura que faz d'A página o professor que é militante e o professor que, mesmo sendo filiado, não é militante? Que rubricas A página tem? O que é formativo e/ou informativo? Como ela tem pretendido fazer isso e como é que ela dialoga com o professorado? – Nós produzimos *A página da educação* pensando em um público que é heterogêneo. Nós consideramos que 78% dos nossos leitores são educadores e professores. Depois, há uma percentagem de encarregados de educação, de alunos, escritores, algumas pessoas que trabalham nas áreas sociais, que também são leitores d'*A página*. Portanto, um grupo diverso. O grupo de educadores e professores é um grupo extremamente diversificado. É diversificado porque pertence a diversos setores do ensino, tem várias experiências – um professor que fez o curso há dez anos e um que fez o curso agora são completamente diferentes; um que fez o curso no Porto e outro que fez o curso em Lisboa também já têm marcas diferentes. Muitas vezes pensa-se que os professores, pelo fato de o serem, são homogêneos, o que não corresponde à realidade. São professores, têm alguma coisa em comum, mas depois têm uma grande diversidade, e é preciso tentar trabalhar para essa diversidade. É preciso que cada um encontre qualquer coisa no jornal. Pode ser um título, não mais do que isso. Um jornal não é para se ler como um romance, de uma ponta a outra; é para se ler algumas coisas, cada

um encontra no jornal o que lhe interessa. Nenhum de nós lê um jornal por inteiro, lemos o que nos interessa. Muitas vezes guardamos, para voltar mais tarde a utilizar aquilo que fixamos que está lá. Portanto, um jornal é construído tendo em conta essa diversidade de público.

Julgo que o nosso jornal foi mudando ao longo do tempo. No início, talvez nós atingíssemos um conjunto de professores mais experientes, mais velhos, com uma formação mais aprofundada no campo da pedagogia, e agora estamos a atingir outros. *A página* está agora a ser muito utilizada nos cursos de formação inicial e de pós-graduação. É também um jornal que tem interesse para a comunidade científica, mormente para a área da educação, mas não só. O objetivo que estamos agora a perseguir é equilibrar as questões do ensino, da produção científica, das culturas, da política, e as questões sociais.

Em alguns grupos de leitores existe ainda um discurso muito da periferia. A propósito de tudo, dizem que, em Portugal, vai tudo mal. Lá fora é que vai bem. Ora, hoje é fácil comparar o que se passa, pelo menos no espaço da União Européia, de que Portugal faz parte. Por isso, o jornal está a fazer um esforço para divulgar fatos muito objetivos. As pessoas destes grupos que os leiam e tirem as suas conclusões. Se dizem que existe muita violência nas nossas escolas, o melhor é colocar à sua disposição dados concretos sobre a violência noutros países. Assim, podem relativizar e objetivar as suas crenças.

Eu penso que esse tipo de informação factual é indispensável e funciona. Funciona como funciona a informação direcionada para os salários, para os direitos das pessoas, porque ajudam muito a relativizar a situação em que as pessoas estão e, por outro lado, a saber quando é que, de fato, há questões em que outros, aparentemente, estão efetivamente em melhor situação, e outras em que nós, eventualmente, até estamos em melhor situação.

Trazer um pouco os dados da realidade para desmistificar um pouco esse complexo de periferia? – Eu penso que o jornal tem de ter um componente muito forte de informação factual. Dar informação que per-

mita às pessoas construírem elas próprias o seu pensamento. Não somos nós que temos que fazer esse trabalho, mas devemos dar os elementos que permitem pensar. Isso é necessário. O jornal tende a apostar muito forte nisso. Ora, isso é possível tendo uma boa redação, pois isso é um trabalho de investigação jornalística. Num jornal especializado como o nosso é também necessária uma coordenação que não pode ser a coordenação editorial de um jornal generalista. A escolha do que interessa editar vai muito do conhecimento que temos do interesse dos nossos leitores, que, em um jornal como este, procuram informação especializada e não a do seu jornal diário ou semanário.

No que se refere à questão das informações que permitam a formação do pensamento docente, das desmistificações, das informações que permitam desmistificar algumas idéias, o que mais existe que você acha importante abordar? – Muitos dos nossos leitores trabalham em escolas isoladas, escolas de um só lugar. Para estes professores, o jornal é uma oportunidade de troca, de encontro com outros professores. Gostaria que o jornal desse mais voz aos professores que se encontram nessa situação. Mas a verdade é que os professores falam muito e escrevem pouco. É difícil convencê-los a escrever. Para vencer esta dificuldade, vamos gravando depoimentos de professores e, depois de passados ao papel, publicamos. Criamos agora uma rubrica a que chamamos “protagonistas”, e outra, “roda dos saberes”, em que pomos professores e alunos a falarem do que fazem, do que gostam e do que não gostam. Estamos também a explorar, na edição em papel, os inquéritos⁶ que mantemos na Net, bem como alguns contributos dos fóruns. Espero que resulte.

Você percebe alguma divisão nisso, em termos de autoridade reconhecida? Ou seja, os professores do ensino primário escrevem ainda menos dos que os do secundário que escrevem menos do que os do superior, ou não, ou isso se mistura “democraticamen-

te”? – De acordo com a minha experiência, há alguns anos os professores e as professoras do ensino primário mais velhos escreviam mais do que os professores e as professoras do ensino secundário. Ou seja, havia a idéia de que um professor do ensino primário escrevia melhor em português do que um professor do ensino secundário. Atualmente, quando vamos para os mais jovens, os professores do ensino primário escrevem menos, expõem-se menos do que os outros. Mas eu penso que aqui já tem a ver com a forma como está a ser feito o recrutamento para os cursos de formação. Porque, para se entrar no curso de formação para o ensino secundário, exigem-se médias mais altas, nomeadamente ao nível do português, e, portanto, as pessoas se revestem de uma confiança maior nos seus méritos como possíveis escritores. E os professores que vão para o pré-escolar e o primeiro ciclo entram com médias muito baixas, em alguns casos com negativa no português – o que eu acho até que não devia ser permitido, porque, de fato, quem não consegue ter 10, numa escala de 0 a 20 em português, é um pouco complicado. Em alguns casos, entram até com cinco e, no fim de três ou quatro anos, estão a dar aulas, e aí não têm confiança e, portanto, escrevem menos e falam menos por falta de confiança.

Já, por exemplo, quando se trata de escrever sobre questões que não têm diretamente a ver com a escola, isso muda um pouco.

Quando se trata de escrever sobre questões de pedagogia, eu penso que esses últimos 20 anos também empobreceram, tiraram muito a confiança aos professores, porque foram 20 anos em que houve formação contínua. E a formação contínua, de um modo geral, foi dada pelos universitários, que utilizam uma linguagem que, paradoxalmente, por vezes intimida os professores. Muitas vezes os professores e professoras, ao saírem de um curso de formação, vêm inibidos e até convencidos da sua extrema ignorância. A formação, em vez de lhes dar, retira confiança. Gostaríamos que o jornal não contribuísse para isso. E há aqui, portanto, muitas vezes, uma dificuldade com quem escreve no jornal. Peço texto curto, linguagem simples e direta, mas não é fácil obter resposta. Mas

⁶ Inquéritos, aqui, são as entrevistas, questionários e pesquisas de opinião realizadas com leitores sobre assuntos de interesse.

penso que quem escreve em jornais deve ter o propósito de não atemorizar o leitor. O bom comunicador, seja na escrita, seja na oralidade, comunica com base na linguagem comum; facilita a informação, não deve criar fantasmas ou mais fantasmas do que aqueles que já existem.

Para encerrar, você teria alguma história, alguma coisa mais emblemática que tenha se passado com algum autor ou algum episódio do jornal? Eu gosto muito de casos, aquela coisa um pouco dos protagonistas. Há alguma coisa nesse sentido, ou de protesto, ou de uma situação de reconhecimento maior? – Depois de fazermos dez anos de publicação, mandamos para os leitores um postal a pedir para confirmarem a inscrição, e que indicassem se preferiam o formato jornal ou o formato de revista. Ora, veio cá uma professora, com um aspecto muito preocupado, dizendo que provavelmente se teria enganado na resposta do postal. Dizia ela que tinha recebido uma revista e não o jornal, que era o que ela preferia como formato (na verdade, esse número do jornal foi acompanhado por uma revista de publicidade de ações de formação). E a professora fazia questão de dizer que queria o jornal e não a revista. Acabou por explicar

por quê: “é que eu faço uns trabalhos de artesanato em cobre e em latão, e os jornais são muito importantes para eu polir o trabalho: por isso, a revista não me interessa nada, o que me interessa é o jornal.” Fiquei assim a saber que o jornal tinha mais uma utilidade em que eu não havia pensado. Servia para polir cobre e latão.

Com essa história e os comentários que tecemos a partir dela sobre a imprevisibilidade dos usos que as pessoas dão ao que lhes chega, seja através do discurso, seja o jornal que vem pelo correio, encerramos nossa entrevista e nos despedimos. Ao longo dessas quase duas horas de conversa, José Paulo falou não só do árduo trabalho que tem sido contemplar as idéias e objetivos do jornal que edita, mas mostrou-se, sobretudo, como um professor que acredita nos professores e nas possibilidades que temos de intervir, sejam quais forem os meios de que acreditamos dispor, nos expondo ou nos escondendo na produção do nosso fazer social, político e educativo.

Recebido em fevereiro de 2002

Aprovado em junho de 2002